

# ÁFRICA

## PANORAMA REGIONAL

***“Talvez este possa ser o ano em que a liberdade de expressão e de associação será respeitada... Talvez este possa ser o ano em que os etíopes deixem de ser presos pelas suas convicções políticas.”***

Eskinder Nega, jornalista etíope e antigo prisioneiro de consciência, num discurso sobre a liberdade de expressão na véspera do novo ano etíope em setembro de 2011. Dias depois foi preso e acusado de crimes relacionados com terrorismo e traição.

Os movimentos populares no Norte de África tiveram eco entre as pessoas da África Subsaariana, principalmente nos países com governos repressivos. Sindicalistas, estudantes e políticos da oposição foram inspirados para organizar manifestações. As pessoas saíram para a rua por causa das suas aspirações políticas, em busca de mais liberdade, e por causa da profunda frustração de uma vida na pobreza. Protestaram contra a sua situação social e económica desesperada e contra a subida do custo de vida.

Muitos dos fatores subjacentes que deram origem às revoltas do Norte de África e do Médio Oriente existem também em outras partes de África. Estes incluem líderes autoritários que estão no poder há décadas e usam as forças de segurança para reprimir a dissidência. A pobreza e a corrupção são generalizadas, as liberdades básicas são inexistentes e grandes grupos são frequentemente marginalizados da sociedade. A repressão brutal de manifestações durante o ano de 2011 ilustra o pouco que os líderes políticos da região aprenderam com aquilo que aconteceu aos seus congéneres do norte.

### **Pobreza**

Ao longo da última década, os índices de pobreza em África têm vindo a diminuir e registaram-se progressos no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. No entanto, milhões de pessoas continuam a viver na pobreza, sem acesso a serviços essenciais como água potável, saneamento, cuidados de saúde e educação.

A rápida urbanização leva a que muitos africanos vivam sem uma habitação adequada, muitas vezes em bairros degradados sem os serviços mais básicos e sob risco constante de desalojamento forçado pelas autoridades. As pessoas desalojadas à força perdem frequentemente os seus bens quando as suas casas são destruídas. Muitas perdem também os seus meios de subsistência, afundando-se ainda mais na pobreza. Milhares de pessoas foram afetadas por desalojamentos forçados em massa em pelo menos cinco estabelecimentos informais de Nairóbi, no Quênia. Centenas de pessoas foram desalojadas à força de um estabelecimento informal no Território da Capital Federal, na Nigéria. Prosseguiram igualmente os desalojamentos forçados em N'Djamena, no Chade, e em várias partes de Angola.

A violência, incluindo durante manifestações antigovernamentais, foi por vezes causada em parte pelos elevados índices de desemprego e pobreza. Iniciativas de combate à corrupção foram regularmente desperdiçadas por falta de apoio político. Na Nigéria, por exemplo, o presidente demitiu sem qualquer explicação a presidente da Comissão dos Crimes Económicos e Financeiros, seis meses antes do final do seu mandato.

### **Repressão política**

Inspirados pelos acontecimentos no Norte de África, manifestantes antigovernamentais saíram à rua em Cartum e outras cidades do Sudão a partir do final de janeiro. Foram espancados pelas forças de segurança e dezenas de ativistas e estudantes foram detidos arbitrariamente. Muitos foram alegadamente torturados sob detenção. No Uganda, políticos da oposição exortaram a população a imitar os protestos no Egito e sair à rua, mas as manifestações ficaram manchadas pela violência. Em fevereiro, o governo do Uganda proibiu todos os protestos públicos. A polícia e o exército usaram força excessiva contra manifestantes, e o líder da oposição Kizza Besigye foi perseguido e preso. No Zimbabué, um grupo de cerca de 45 ativistas foi detido em fevereiro, apenas por discutir os acontecimentos no Norte de África. Seis deles foram inicialmente acusados de traição. Em abril, as autoridades da Suazilândia reprimiram protestos semelhantes com recurso a força excessiva.

As forças de segurança usaram munições reais contra manifestantes antigovernamentais em Angola, Burkina Faso, Guiné, Libéria, Malawi, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Sudão do Sul, fazendo muitas vítimas. As autoridades normalmente não investigaram o uso excessivo da força e ninguém foi responsabilizado pelas mortes ocorridas.

Defensores dos direitos humanos, jornalistas e opositores políticos na maior parte dos países africanos continuaram a ser detidos de forma arbitrária, espancados, ameaçados e intimidados. Alguns foram mortos por grupos armados ou forças de segurança governamentais. As investigações ao homicídio do defensor dos direitos humanos Ernest Manirumva no Burundi, em 2009, não registaram progressos significativos. Em junho, cinco polícias foram condenados pelo homicídio do ativista dos direitos humanos Floribert Chebeya na República Democrática do Congo (RDC), em 2010. Contudo, manteve-se a preocupação relacionada com o facto de alguns indivíduos alegadamente envolvidos no crime não terem sido investigados.

Os governos tentaram controlar as informações publicamente disponíveis no Burundi, RDC, Guiné Equatorial, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Madagáscar, Somália, Sudão e Uganda. Impuseram restrições à informação sobre determinados acontecimentos, encerraram ou suspenderam temporariamente estações de rádio, bloquearam sítios de internet específicos ou proibiram a publicação de certos jornais. O Ruanda iniciou um processo de reformas para melhorar a liberdade de imprensa, mas alguns órgãos de comunicação social encerrados pelas autoridades em 2010 continuaram suspensos. Dois jornalistas foram ainda condenados a longas penas de prisão.

As assembleias nacionais de Angola e da África do Sul debateram legislação suscetível de limitar seriamente a liberdade de expressão e o acesso à informação. Numa nota mais positiva, o presidente Goodluck Jonathan promulgou finalmente a Lei da Liberdade de Imprensa na Nigéria.

### **Conflito**

A violência política que teve início após as eleições presidenciais de novembro de 2010 na Costa do Marfim transformou-se num conflito armado durante a primeira metade de 2011. As forças leais a Alassane Ouattara foram apoiadas por militares franceses e pela missão de manutenção de paz da ONU. Assumiram o controlo do país no final de abril e detiveram o antigo presidente Laurent Gbagbo e dezenas dos seus apoiantes. Centenas de milhares de pessoas foram deslocadas por causa do conflito e muitas fugiram para os países vizinhos, principalmente para a Libéria. Vários milhares de civis foram mortos ou feridos na capital económica, Abidjan, e na região ocidental do país. Ambas as partes do conflito mataram centenas de civis em março e abril na região ocidental de Duékoué e aldeias circundantes. Pessoas foram atacadas por causa da sua etnia ou alegada filiação política. A missão de manutenção de paz da ONU não protegeu adequadamente os civis em Duékoué. As forças de ambos os lados cometeram igualmente atos de violência sexual, incluindo violações. Em outubro, o Tribunal Penal Internacional (TPI) autorizou uma investigação aos crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos por ambas as partes do conflito. Após a emissão de um mandato de captura, Laurent Gbagbo foi transferido em novembro para o TPI, nos Países Baixos. Para preservar a sua credibilidade, o TPI deve garantir que os crimes cometidos pelas forças leais ao presidente Ouattara são igualmente investigados e os responsáveis julgados. O TPI deve ainda investigar os crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos antes das eleições presidenciais de novembro de 2010, uma vez que o poder judicial da Costa do Marfim ainda não pôde ou não quis fazê-lo.

O povo do Sudão do Sul votou de maneira esmagadora a favor da independência no referendo de janeiro sobre a autodeterminação. Com a data da independência do Sudão do Sul marcada para 9 de julho, aumentou a tensão nas chamadas zonas de transição de Abyei, Cordofão do Sul e Nilo Azul. O planeado referendo separado em Abyei não se realizou como previsto em janeiro, e o conflito explodiu em maio. As Forças Armadas Sudanesas (SAF), apoiadas por milícias, assumiram o controlo de Abyei, fazendo com que dezenas de milhares de pessoas da comunidade Dinka Ngok fugissem para o Sudão do Sul. Casas na cidade de Abyei foram saqueadas e destruídas. Também aqui a missão de manutenção de paz da ONU, estacionada em Abyei, não tomou qualquer medida significativa para travar os ataques e proteger a população civil. Até ao final do ano não tinha sido encontrada qualquer solução para o estatuto de Abyei.

Na sequência de desacordos sobre medidas de segurança e sobre o resultado das eleições estaduais, a situação no Cordofão do Sul transformou-se num

conflito armado entre o Movimento de Libertação do Povo do Sudão-Norte (SPLM-N) e as SAF. Centenas de milhares de pessoas foram deslocadas devido à insegurança e ao conflito. As SAF levaram a cabo bombardeamentos aéreos indiscriminados, causando numerosas baixas civis. A ONU e várias organizações, incluindo a Amnistia Internacional, documentaram estes ataques indiscriminados e homicídios. Num exemplo, Angelo al-Sir, agricultor, descreveu a forma como a sua mulher grávida, dois dos seus filhos e outros dois familiares foram mortos num ataque aéreo a 19 de junho em Um Sirdeeba, uma aldeia a leste de Kadugli.

Até setembro, o conflito no Cordofão do Sul alastrou ao estado do Nilo Azul, levando mais uma vez dezenas de milhares de pessoas a fugir para o Sudão do Sul e para a Etiópia. O governo sudanês isolou, na prática, os estados do Cordofão do Sul e do Nilo Azul do mundo exterior, negando o acesso de organizações humanitárias independentes, observadores dos direitos humanos e outros. O Conselho de Paz e Segurança da UA e o Conselho de Segurança da ONU não tomaram medidas concretas para resolver a situação, incluindo ao não condenarem a falta de acesso das organizações humanitárias ou as violações dos direitos humanos em curso.

O conflito no Darfur, Sudão, também prosseguiu sem tréguas, forçando mais pessoas a abandonar as suas casas. Aquelas que viviam em campos para pessoas internamente deslocadas foram atacadas pelas autoridades sudanesas por suspeita de apoiarem os grupos armados da oposição. Continuaram a ser denunciados casos de violação e outras formas de violência sexual. O Sudão continuou a recusar cooperar com o TPI. O Procurador do TPI pediu um mandato de captura contra o Ministro da Defesa, Abdelrahim Mohamed Hussein, por crimes de guerra e crimes contra a humanidade no Darfur.

O conflito em curso na Somália contra o grupo armado islamita al-Shabab assumiu uma dimensão regional quando tropas do Quênia e da Etiópia intervieram diretamente no conflito. Ataques indiscriminados das várias partes em conflito mataram ou feriram milhares de civis, principalmente em Mogadíscio. Centenas de milhares de pessoas continuaram deslocadas devido ao conflito e à insegurança. A seca na sub-região agravou a já terrível situação humanitária, tendo sido declarado o estado de fome em algumas regiões da Somália. As organizações humanitárias enfrentaram imensas dificuldades em chegar às pessoas para distribuir ajuda de emergência.

Igualmente não havia fim à vista para o conflito no leste da RDC. As violações e outras formas de violência sexual continuaram a ser endémicas, e foram cometidas tanto pelas forças governamentais como pelos grupos armados da oposição. Outros abusos dos direitos humanos, como homicídios, saques e sequestros, também continuaram, principalmente por parte dos grupos armados. O sistema judicial da RDC continuou a ser incapaz de lidar com as inúmeras violações dos direitos humanos cometidas durante o conflito. Crianças soldado continuaram a ser recrutadas e usadas em vários conflitos, como na República Centro-Africana, RDC e Somália.

Alguns governos africanos continuaram relutantes em garantir a responsabilização pelos crimes contra a lei internacional. O Senegal continuou a recusar julgar ou extraditar o antigo presidente do Chade, Hissène Habré. No final do ano, o governo do Burundi discutiu uma proposta revista para a criação de uma Comissão de Verdade e Reconciliação. Contudo, não parecia existir no governo suficiente vontade política para criar um Tribunal Especial, conforme recomendado pela ONU em 2005.

### **Justiça e impunidade**

Muitas violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança continuavam por punir. As autoridades raramente abriram investigações independentes e imparciais às denúncias de detenções arbitrárias, tortura ou outras formas de maus-tratos, homicídios, incluindo execuções extrajudiciais, e desaparecimentos forçados. Só muito raramente indivíduos foram responsabilizados por cometerem violações dos direitos humanos. Como resultado, as pessoas perderam confiança nas forças de segurança e no poder judicial de muitos países da região. Os elevados custos eram outro obstáculo no acesso ao sistema de justiça oficial, incluindo para as pessoas vítimas de violações dos direitos humanos.

A impunidade para as violações dos direitos humanos cometidas por agentes de forças de segurança era generalizada no Burundi, Camarões, República do Congo, RDC, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Madagascar, Malawi, Moçambique, Nigéria, Senegal, Sudão, Suazilândia, Tanzânia e Zimbabué. Por exemplo, a comissão de inquérito criada pelas autoridades do Burundi para investigar as execuções extrajudiciais não publicou as suas conclusões. As autoridades do Burundi também não investigaram as alegações de tortura cometida pelo Serviço Nacional de Informações em 2010. Outro exemplo flagrante da impunidade institucionalizada foi a rejeição pelo Sudão – durante a Revisão Periódica Universal do Sudão no Conselho dos Direitos Humanos, em setembro – das recomendações de revisão da Lei de Segurança Nacional de 2010 e de reforma do Serviço Nacional de Informações e Segurança (NISS). Como resultado, os agentes do NISS continuaram a gozar de imunidade face a processos judiciais ou ações disciplinares relativamente às violações dos direitos humanos que cometeram.

O número de pessoas em prisão preventiva continuou a ser muito elevado, uma vez que os sistemas judiciais da maioria dos países não conseguiam garantir um julgamento justo sem demoras injustificadas. Muitas pessoas detidas não tinham acesso a representação legal. As condições de detenção continuaram a ser chocantes em muitos países, com sobrelotação, falta de acesso a saneamento básico, cuidados de saúde, água ou comida, e falta de funcionários prisionais. As condições de detenção ficavam muitas vezes aquém dos padrões internacionais mínimos e constituíam tratamento ou castigo desumano, cruel e degradante. Num incidente particularmente macabro, nove

homens morreram de asfixia causada por sobrelotação quando se encontravam detidos num edifício da Polícia Nacional em Léré, Chade, em setembro.

Continuou a tendência para a abolição da pena de morte. O Parlamento do Benim votou a favor da ratificação do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos, confirmando desta forma a sua intenção de abolir a pena de morte. No Gana, a Comissão de Revisão Constitucional recomendou a abolição da pena de morte. O Procurador-Geral e Ministro da Justiça da Nigéria informou em outubro uma delegação da Amnistia Internacional de que o governo tinha introduzido uma moratória oficial às execuções. O governo da Serra Leoa fez um anúncio idêntico em setembro. Em contraste com estes desenvolvimentos positivos, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão estavam entre os últimos países da África Subsaariana que ainda executavam pessoas, muitas vezes na sequência de julgamentos flagrantemente injustos.

### **Marginalização**

Refugiados e migrantes foram particularmente afetados por violações dos direitos humanos e abusos em muitos países. Cidadãos congolezes foram mais uma vez sujeitos a violência com base no género ao serem expulsos de Angola. A Mauritânia deteve arbitrariamente vários milhares de migrantes antes de os deportar para países vizinhos. Refugiados e migrantes foram igualmente sujeitos a violações dos direitos humanos em Moçambique, incluindo homicídios cometidos por agentes de forças de segurança. Na África do Sul, refugiados e migrantes continuaram a ser alvo de violência e a verem os seus bens destruídos. Em dezembro, o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, recomendou que os países de acolhimento tomassem medidas para cancelar o estatuto de refugiado da maior parte dos cidadãos ruandeses nos respetivos territórios. Organizações de defesa dos refugiados e direitos humanos manifestaram a sua preocupação com a forma como o ACNUR explicou os fundamentos por detrás desta recomendação, e também com o facto de a sua implementação pelos vários países ser suscetível de colocar muitas pessoas que ainda necessitavam de proteção em risco de serem deportadas à força para o Ruanda.

Dezenas de milhar de sudaneses do sul decidiram sair do Sudão para o Sudão do Sul, porque temiam perder os seus direitos de cidadania após a declaração de independência do Sudão do Sul. Enfrentaram muitas dificuldades, incluindo perseguições antes e durante a viagem, e uma terrível situação humanitária após a chegada.

A violência e a discriminação contra as mulheres continuaram a ser generalizadas em muitos países, incluindo como resultado de normas e tradições culturais. A legislação vigente institucionalizava a discriminação contra as mulheres em alguns países. A discriminação afetava ainda o acesso das mulheres aos cuidados de saúde.

Raparigas e mulheres continuaram a ser vítimas de violações e outras formas de violência sexual em vários países em conflito ou com grande número de refugiados ou deslocados. Entre estes incluíam-se o Chade, a República Centro-Africana, a Costa do Marfim, o leste da RDC e o Sudão (Darfur). Frequentemente, membros das forças de segurança governamentais eram responsáveis por estes abusos, que na maior parte dos casos não eram investigados.

### **Discriminação**

A discriminação de pessoas por causa da sua orientação sexual ou identidade de género, real ou presumida, agravou-se. Os políticos não só falharam na proteção do direito das pessoas a não serem alvo de discriminação, como muitas vezes usaram declarações ou atos para incitar à discriminação e perseguição com base na presumível orientação sexual.

Nos Camarões, as pessoas que se julgava estarem envolvidas em relações com pessoas do mesmo sexo foram perseguidas. Dezenas de pessoas foram detidas e algumas, como Jean-Claude Roger Mbede, foram condenadas a longas penas de prisão. O governo camaronês propôs ainda emendar o Código Penal para alargar as penas de prisão e multas para as pessoas consideradas culpadas de terem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. No Malawi, Mauritânia e Zimbabué, homens foram igualmente detidos e julgados por causa da sua presumível orientação sexual. O governo do Malawi aprovou legislação destinada a criminalizar as relações sexuais entre mulheres, e o presidente Bingu wa Mutharika descreveu os homossexuais como "piores do que cães" durante um comício. Na Nigéria, o Senado aprovou uma proposta de lei agravando a criminalização das relações homossexuais. No Gana, o Ministro da Região Ocidental apelou à detenção de todos os homossexuais e lésbicas.

A proposta de lei anti-homossexualidade do Uganda não foi discutida no Parlamento, mas também não foi formalmente retirada. David Kato, um proeminente defensor dos direitos humanos e ativista dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero (LGBT), foi assassinado na sua casa em janeiro. Um homem foi detido pelo homicídio e condenado a 30 anos de prisão em novembro. Na África do Sul, a pressão da sociedade civil para combater a violência contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgénero, principalmente as lésbicas, deu origem à criação pelas autoridades de uma Equipa de Trabalho para combater a violência com base na presumível orientação sexual.

Na Eritreia, pessoas continuaram a ser perseguidas por motivos religiosos. Dezenas foram detidas de forma arbitrária e alegadamente maltratadas sob detenção.

### **Segurança e direitos humanos**

África tornou-se cada vez mais vulnerável a atos de terrorismo cometidos por vários grupos armados islâmicos. Estes incluíam a al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI), que operava em vários países do Sahel, a seita religiosa Boko

Haram, que aumentou os ataques à bomba na Nigéria ao longo do ano, e o grupo al-Shabab, ativo no Quênia e na Somália. Estes grupos armados foram responsáveis por numerosos abusos dos direitos humanos, incluindo ataques indiscriminados, homicídios, raptos e tortura.

Como resposta, alguns governos aumentaram a sua cooperação militar, incluindo no Sahel. Países vizinhos também intervieram militarmente. A Nigéria criou uma Força Militar Especial para combater o Boko Haram em alguns estados. As forças de segurança governamentais foram muitas vezes responsáveis por violações dos direitos humanos na resposta à violência dos grupos armados. Na Mauritânia, 14 reclusos condenados por atividades relacionadas com o terrorismo foram alvo de desaparecimentos forçados durante uma transferência para local desconhecido. Na Nigéria, as forças de segurança responderam à escalada da violência em alguns estados com a detenção arbitrária de centenas de pessoas, o desaparecimento forçado de outras e execuções extrajudiciais.

### **Está na hora de abraçar a mudança**

A melhoria do respeito e da proteção dos direitos humanos não irá provavelmente desenvolver-se de forma tão rápida na África Subsaariana como no Norte de África. Em alguns locais a situação pode até piorar. Contudo, fatores como o crescimento económico sustentado, a exigência de uma melhor governança, uma classe média emergente, uma sociedade civil mais forte e a melhoria do acesso às tecnologias de informação e comunicação irão contribuir gradualmente para uma melhor situação dos direitos humanos. A questão é saber se as lideranças políticas de África irão abraçar estas mudanças ou encará-las como uma ameaça ao seu poder. Em 2011, a maior parte dos líderes políticos – pela forma como reagiram aos protestos e à dissidência – foram parte do problema, não da solução.